

TRABALHOS DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
PRÊMIO DESTAQUE PROFISSIONAL 2023

Os trabalhos contidos nesta sessão são originais, de acordo como foram apresentados para avaliação e votação no período do prêmio destaque profissional. Estes trabalhos não foram editados nem tiveram seu conteúdo alterado.

Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região (SP e MS)

Gestão 2023-2026

Ariane Feltrin Pasuld



ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

- Justificativa da ação/projeto:

Sou coordenadora de um programa de Banco de alimentos, formato colheita urbana, financiado por uma empresa privada. A insegurança alimentar está presente em muitos lares brasileiros em diferentes graus. A necessidade de projetos, e ações que acolham esse cenário com propostas reais e funcionais é crescente e no momento pós pandêmico, urgente. Em um país de tantas abundâncias, casos alarmantes de fome. Dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar apontam que hoje cerca de 33,1 milhão de pessoas não tem o que comer no Brasil. A fome, a má distribuição e o desperdício de alimentos são problemas reais em várias parte do mundo e que interagem com a síndrome global a qual o planeta enfrenta atualmente.

- Objetivo da ação/projeto (relacionar ao ODS selecionado):

Formar uma rede de combate à fome, ao desperdício e má distribuição dos alimentos, baseado na parceria com a sociedade civil, empresariado e instituições sociais. Coletamos alimentos que não tem valor comercial, mas possuem valor nutritivo e entregamos em instituições sociais cadastradas previamente no programa. O programa possui duas ações de ação: na primeira a colheita urbana de alimentos onde selecionamos, coletamos, transportamos e entregamos os alimentos e a segunda onde realizamos os cursos, treinamentos, workshops, palestras, seminários com as pessoas parceiras. Integra a doação de alimentos com ações educativas ao público beneficiado, o que se relaciona diretamente com ODS 2; *Promovemos educação alimentar e nutricional nas instituições sociais beneficiadas valorizando a diversidade alimentar, cultura alimentar, tradições, sistemas produtivos e o impacto positivo socioambiental da alimentação; mensalmente o programa oferece ações educativas aos funcionários da instituição, assim como seus beneficiados. *Apoiar e incentivar a criação de hortas comunitárias, domiciliares, escolares, entre outras; *Incentivar o consumo de alimentos da época; Dentro das temáticas propostas trazidas para as ações educativas propostas aos grupos sugerimos oficinas culinárias para apoiar o consumo de alimentos da época, trazendo viés econômico e nutritivo das escolhas da Safra. As hortas são apoiadas e incentivadas, com capacitações direcionadas a essa prática tanto interna nas instituições quanto de forma coletiva. *Disseminar a

cultura do aproveitamento integral dos alimentos, na comercialização e no consumo de partes consideradas não convencionais na prática alimentar; como nossa matéria prima são os alimentos doados em pontos de maturação mais avançado nosso desafio é propor oficinas com o aproveitamento integral dos alimentos e conscientizar os envolvidos nos benefícios do uso integral dos alimentos apontando também um olhar para as partes não convencionais. *Participar ativamente do controle social de políticas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, defendendo o DHANA e para promover o acesso ao alimento saudável, regular, justo e digno; como coordenadora participamos ativamente dos conselhos municipais (CMA: Conselho Municipal de Alimentação) e regionais CRSAN (Conselho Regional de Segurança Alimentar e Nutricional). Ficando atualizadas sobre o cenário local e colaborando com ações e compartilhamento de saberes sobre a temática em nossa sociedade.

- Descrição do público-alvo:

Instituições sociais previamente cadastradas que prestem serviço gratuito a comunidade, sejam com refeições no local e/ou atendimento a famílias em situação de insegurança alimentar. O perfil das instituições é bem variado: creches do terceiro setor, casas de acolhimento, abrigos, casa de atendimento a pessoas com necessidades especiais, casa de idosos, hospitais, associações de bairro, albergues e outros.

- Procedimento/ Metodologia aplicada:

O programa identifica na região possíveis doadores de alimentos para o programa e realiza esses contatos para parceria. Realizamos anualmente o cadastro das instituições para serem beneficiadas com as doações que planejamos o atendimento semanal. Avaliamos perfil do público atendido, assim como a necessidade dos alimentos e perceptas. Finalizamos com a visita ao espaço para entender o trabalho realizado, assim como conhecer a estrutura de preparo das refeições e questões de boas práticas. A parceria da instituição se consolida com documentos solicitados e assinatura em termo com as diretrizes do programa.

- Tempo de aplicação da ação (relacionar ao ODS selecionado):

Programa permanente que teve início nos anos 2000. Conforme ODS 2 visando o combate a fome e o incentivo da agricultura sustentável através das ações educativas.

- Resultado (informar dados numéricos e qualitativos):

O programa aqui no litoral de São Paulo atende as cidades de Santos, São Vicente, Bertioga, Guarujá, Cubatão e Praia Grande. Atualmente temos 44 doadores ativos, 63 instituições sociais beneficiadas, 17112 pessoas beneficiadas por mês. Média mensal de arrecadação de 35 toneladas. 327 pessoas sensibilizadas com treinamentos, cursos e capacitações no ano de 2023 (janeiro a maio). Receitas criadas, aplicadas, transformações culinárias, aproveitamento integral de pescados (cabeças e carcaças de peixes), ações voltadas pela cidadania e sustentabilidade econômica e ambiental das instituições beneficiadas.

Neusa de Fatima Moura



ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

- Justificativa da ação/projeto:

Com o aumento da expectativa de vida, a atenção à saúde dos idosos torna-se cada vez mais relevante, especialmente quando se trata dos idosos institucionalizados. Esses indivíduos muitas vezes enfrentam desafios relacionados à segurança alimentar e nutricional, devido a fatores como presença de doenças crônicas, falta de autonomia para realizar escolhas alimentares e a dependência do cuidado nutricional oferecido pela instituição, que muitas vezes possui estrutura e recursos limitados e ausência de nutricionista na equipe técnica, especialmente quando é filantrópica. A segurança alimentar e nutricional dos idosos institucionalizados é de extrema importância para garantir a promoção da qualidade de vida nessa fase da vida. A European Society for Clinical Nutrition and Metabolism (ESPEN) de 2022 evidencia a importância da intervenção nutricional para a melhoria do estado nutricional de idosos institucionalizados. Para garantir a segurança alimentar e nutricional, deve-se realizar a vigilância nutricional, o adequado controle higiênico-sanitário na produção de alimentos e garantir a oferta regular de alimentos em quantidade e qualidade suficiente, com comida de verdade, produzida prioritariamente de forma sustentável.

- Objetivo da ação/projeto (relacionar ao ODS selecionado):

Melhorar o estado nutricional e a qualidade de vida de idosos residentes de 4 instituições públicas do município de São Paulo, por meio de intervenções de Segurança Alimentar e Nutricional.

- Descrição do público-alvo:

Idosos institucionalizados.

- Procedimento/ Metodologia aplicada:

O projeto “Nutri Repouso” foi idealizado e executado por uma Organização da Sociedade Civil (OSC) e financiado por meio de uma parceria com a Prefeitura da Cidade de São Paulo. O projeto foi executado durante 3 meses em quatro instituições do Município de São Paulo, sendo duas filantrópicas e duas públicas municipais. Ao longo dos 3 meses foram realizadas as seguintes

intervenções: - Coleta e análise de dados de saúde; - Doação de balança digital e fita métrica; - Avaliação antropométrica em 3 momentos: inicial, intermediário e final; - Classificação do Estado Nutricional Inicial e Final utilizando a ferramenta “Mini Avaliação Nutricional – Versão Reduzida – MNA-SF; - Encaminhamento dos idosos com alteração no estado nutricional para acompanhamento na UBS de referência; - Avaliação e orientação para adequação da qualidade do cardápio oferecido; - Doação de alimentos in natura orgânicos (tubérculos, verduras, legumes e frutas) semanalmente, provenientes da agricultura familiar; - Doação de leite fluido, leite em pó, proteína texturizada de soja e aveia; - Prescrição de complemento e/ou suplemento alimentar para os idosos classificados como “sob risco de desnutrição” e “desnutridos”, segundo a MNA-SF; - Fornecimento de novos equipamentos e utensílios para a cozinha; - Adequações na estrutura física da cozinha.

- Tempo de aplicação da ação (relacionar ao ODS selecionado):

A implementação do projeto durou 3 meses, porém algumas intervenções realizadas são permanentes (recursos físicos, adequações no cardápio etc.) e a doação de alimentos in natura de agricultura familiar continuará a ser realizada semanalmente pela OSC, diminuindo a insegurança alimentar e nutricional dessa população.

- Resultado (informar dados numéricos e qualitativos):

Dos 120 idosos residentes, 16 foram excluídos por critérios de exclusão, totalizando 104 idosos participantes. Na avaliação inicial, foram identificados 26 (25%) idosos com “estado nutricional normal”, 56 (54%) “sob risco de desnutrição” e 22 (21%) “desnutridos”. Após a intervenção, os resultados encontrados foram: 46 idosos (44%) com “estado nutricional normal”, 44 (42%) “sob risco de desnutrição” e 14 (14%) “desnutridos”. Dos 78 idosos classificados como “sob risco nutricional” ou “desnutrido”, 32 (41%) conseguiram melhorar seu estado nutricional, passando de “desnutrido” para “sob risco nutricional” (28%) ou de “sob risco nutricional” para “estado nutricional adequado” (13%). Apesar do curto período de intervenção, houve aumento da prevalência de idosos com estado nutricional adequado e redução da prevalência de idosos com desnutrição e risco nutricional. Além da melhora do estado nutricional, os gestores locais relataram aumento da ingestão nas refeições e aumento da satisfação dos idosos com as refeições oferecidas, o que é relevante do ponto de vista de qualidade de vida, uma vez que a alimentação é um dos principais prazeres nessa fase da vida, principalmente, para idosos institucionalizados. Pode-se concluir que, a realização de projetos de segurança alimentar e nutricional como este podem melhorar significativamente o cuidado nutricional dos idosos, possibilitando um final de vida com mais dignidade. A parceria de uma Organizações da Sociedade Civil com o Governo, juntamente com o apoio técnico do profissional nutricionista, foi fundamental para a implementação e o sucesso deste projeto.

Danielly de Oliveira Santos Moreira



ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

- Justificativa da ação/projeto:

De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006) a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é definida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural, que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) consiste em uma estratégia intersetorial e participativa, que visa efetivar o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) conforme a SAN. No município de Dourados por meio da Lei nº 3.830 (2014) foram criados os componentes do SISAN que são: a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, o COMSEA (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional), e a CAISAN (Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional), sendo estes dois últimos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social. As ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) constituem-se como uma ferramenta essencial para contribuir com o DHAA, por meio de atividades/ações temáticas que estimulem a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis pelos indivíduos e famílias. Diante deste contexto, a atuação do profissional nutricionista na Assistência Social deve estar voltada às ações de Segurança Alimentar e Nutricional, ou seja, atuar para a garantia da oferta de alimentos seguros, sob ponto de vista higiênico-sanitário, com qualidade nutricional, quantidades adequadas e ainda, atuar com indivíduos e coletividades em prol de práticas alimentares promotoras de saúde na qual as atividades de EAN são essenciais neste processo. Com o início das atividades do profissional nutricionista na Secretaria Municipal de Assistência Social de Dourados, MS, em fevereiro de 2022, foi feita sensibilização de gestores municipais quanto à atuação dele neste campo de atuação, pois a secretaria estava sem atuação deste profissional. Enfatizou-se a importância de desenvolver ações de Segurança Alimentar e Nutricional e EAN em âmbito da assistência social, sendo, portanto, encaminhado um plano de trabalho à secretária municipal de assistência social para aprovação e implantação. Sendo assim, foi sugerido que o profissional

nutricionista desenvolvesse atividades de Educação Alimentar e Nutricional nos equipamentos da Proteção Social Básica (PSB), como Centros de Convivência de idosos e pessoas com deficiência, com vistas ao incentivo de consumo de alimentos da época, in natura e minimamente processados e seu aproveitamento integral. Os demais equipamentos públicos não foram atendidos, pois não estavam tendo atendimento presencial devido à pandemia. Também foi proposto que esta profissional realizasse atendimento às demandas da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como encaminhamentos para adesão ao SISAN, articulação do PAA, Auxílio Brasil (Bolsa Família) fazendo inclusive a articulação em rede com os demais entes da gestão municipal como secretaria de saúde, agricultura e educação. A articulação se daria com o preenchimento do MAPA SAN. Reativação das ações da CAISAN e dar continuidade às ações do COMSEA também foram propostas à gestão.

- Objetivo da ação/projeto (relacionar ao ODS selecionado):

Realizar oficinas de EAN nos Centros de Convivência de Idosos (CCI) e da Pessoa com Deficiência (CCPCD), a fim de incentivar o consumo de alimentos in natura e minimamente processados; Realizar oficinas de aproveitamento integral buscando melhorar a utilização dos alimentos recebidos pelo Programa Mesa Brasil pelo público do Centro de Convivência da Pessoa com Deficiência; Realizar diagnóstico de INSAN à população atendida no CadÚnico, nos meses de agosto à outubro de 2022; Articular ações intersetoriais com as demais secretarias do município, com vistas ao diagnóstico da Segurança Alimentar em Âmbito Municipal, para execução e implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional; Participar ativamente no COMSEA e CAISAN, do município.

- Descrição do público-alvo:

Indivíduos e/ou famílias cadastrados no CadÚnico com recebimento de benefício eventual; Indivíduos e/ou famílias atendidos no CCPCD e CCI; População vulnerável que necessita ser priorizada pelas Políticas de SAN.

- Procedimento/ Metodologia aplicada:

- Oficinas de EAN: Com o grupo de indivíduos foram realizadas palestras pelo profissional nutricionistas, e algumas em parcerias com estágios de nutrição e/ou projetos. As oficinas ocorreram com utilização de alimentos, rótulos de produtos, figuras e vídeos, tendo como base o Guia Alimentar para a População Brasileira; Especificamente no Centro de Convivência da Pessoa com Deficiência (CCPCD) o foco foi trabalhar conteúdos sobre o aproveitamento integral de alimentos, pois os mesmos recebem uma cesta, semanal, de hortifrútis advindas de parceria com o Programa Mesa Brasil/SESC. - O diagnóstico de INSAN: Foi feito com uma amostra da população atendida no CadÚnico, nos meses de agosto a outubro de 2022 foi feito com a capacitação dos entrevistadores que fazem cadastro, que aplicaram o questionário EBIA (Escala brasileira de Insegurança Alimentar) na versão reduzida de 8 questões, durante o cadÚnico. Os dados foram avaliados pelo nutricionista e os resultados encaminhados à gestão; - A articulação de ações intersetoriais com as demais secretarias do município, com vistas ao diagnóstico da Segurança Alimentar em âmbito Municipal, para execução e implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional foi feita com a construção do MAPA SAN e por meio da participação ativa do profissional no COMSEA e CAISAN, do município.

- Tempo de aplicação da ação (relacionar ao ODS selecionado):
 - Oficinas de EAN: setembro a novembro/2022; abril e maio/2023. - O diagnóstico de INSAN: Nos meses de agosto a outubro de 2022. - Articulação de ações intersetoriais e participação no controle social de setembro/2022 até a presente data.

- Resultado (informar dados numéricos e qualitativos):
 - Oficinas de EAN: Cerca de 70 indivíduos atendidos nos dois Centros de convivência da pessoa idosa (50, aproximadamente) e em um Centro de convivência da pessoa com deficiência (20, aproximadamente). Os participantes relataram conquistar muitos aprendizados, demonstraram muita participação por meio de questionamentos diversos. - O diagnóstico de INSAN: 280 indivíduos. Viabilizar ações futuras para atendimento ao público em INSAN. - Atuação no COMSEA e CAISAN, com reuniões ordinárias mensais, sem cancelamentos, com quórum. Participação e mobilização para o banquete (iniciativa social ocorrida em prol do CONSEA Nacional, em fevereiro/2023).

Verônica Gronau Luz



ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável:

- Justificativa da ação/projeto:

O Mato Grosso do Sul (MS) possui a segunda maior população indígena do Brasil, cerca de 80.841, habitado majoritariamente, pelos povos Guarani Nhandeva (que se autodenominam Guarani), Guarani Kaiowá (que se autodenominam Kaiowá) e Terena. Historicamente, desde a chegada dos portugueses ao território que hoje é conhecido como Brasil, os povos Guarani e Kaiowá sofrem diversas violações de direitos humanos. Entretanto, a partir do início do século XX, as violações se agravam de forma crescente e constante, sobretudo a partir da retirada forçada dos seus territórios tradicionais pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) a partir de 1915 na região sul do estado de Mato Grosso (que passa a ser Mato Grosso do Sul apenas em 1977). Desde então, ao longo das últimas décadas, as graves violações de direitos foram sistematicamente documentadas e denunciadas, seja por documentos do próprio Estado brasileiro, como o Relatório Figueiredo e o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, seja por entidades e instituições nacionais, como por exemplo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e FIAN Brasil, por organizações internacionais, como a FIAN Internacional, e também pelas próprias organizações indígenas e seus movimentos étnico-sociais, como o Conselho da Aty Guasu (Grande Assembleia Guarani e Kaiowá), Kuñangue Aty Guasu (Grande Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Com o objetivo de reunir dados concretos em relação às violências e violações cometidas aos povos Guarani e Kaiowá do MS, em 2013, a FIAN Brasil, em parceria com o CIMI do Mato Grosso do Sul e com um grupo de pesquisadores, realizou uma pesquisa para avaliar a insegurança alimentar e nutricional em três comunidades indígenas do estado; foram estas: Guaiviry (município de Aral Moreira), Kurusu Ambá (Coronel Sapucaia) e Ypo'i (Paranhos). Os resultados desta pesquisa foram publicados no Resumo Executivo anterior intitulado 'O Direito Humano à Alimentação Adequada e à Nutrição do Povo Guarani e Kaiowá: um enfoque holístico' escrito por Thaís Franceschini e publicado pela FIAN Brasil em 2016. Na ocasião da pesquisa, que avaliou fatores socioeconômicos e de insegurança alimentar e nutricional das três comunidades citadas, os resultados encontrados foram preocupantes: 100% das famílias entrevistadas (98 domicílios) sofriam algum grau de insegurança alimentar e nutricional. Dentre os 75 domicílios que apresentavam jovens e crianças, as prevalências de insegurança alimentar leve foram de 13,3% (n=10), moderada de 58,7% (n=44) e insegurança alimentar grave de 28,0% (n=21). Em 60,4% dos domicílios pesquisados em 2013, não houve o recebimento de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e em 22,9% destes o recebimento havia

sido suspenso. Os achados desta pesquisa de 2013 levaram a conclusão de que a fome e a insegurança alimentar e nutricional possuem direta relação com a privação do acesso às terras tradicionalmente ocupadas pelos Guarani e Kaiowá. A não demarcação dos territórios indígenas instauram historicamente diversas violações e inseguranças, para além da insegurança alimentar, que incluem: a insegurança sanitária, ambiental, territorial, hídrica, patrimonial, além de constantes formas de violências e ameaças por fazendeiros, promovendo conflitos internos e externos às comunidades. A partir dos dados da pesquisa de 2013 e do esgotamento de recursos nacionais devido às ações/omissões do Estado brasileiro de suas responsabilidades jurídicas em relação aos povos Guarani e Kaiowá há mais de um século, a FIAN Brasil, a FIAN Internacional, o Conselho da Aty Guasu (Grande Assembleia Guarani e Kaiowá), o CIMI e a Justiça Global ingressaram com uma petição na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 06 de dezembro de 2016. Nesta petição estavam incluídas, para além das três comunidades estudadas em 2013 (Guaiviry, Kurusu Amba e Ypo'i), mais dois territórios: Apyka'i (Dourados) e Ñande Ru Marangatu (Antônio João), todas no Mato Grosso do Sul. Os cinco territórios têm em comum a luta histórica pela reocupação de seus territórios originários, o processo de demarcação estagnado e mortes violentas de lideranças ao longo do processo de retomada e autodemarcação dos seus territórios, sendo estas emblemáticas na luta pelo direito à terra pelos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Os direitos humanos violados e reivindicados junto à CIDH incluem: o direito ao território ancestral, o direito à vida, o direito à alimentação e nutrição adequadas, à água, à saúde, à moradia, à educação, além do direito à dignidade pessoal e coletiva, à proteção judicial, a proteção da família e a igualdade perante a lei. Todos estes direitos são assegurados, nacionalmente, pela Constituição Federal de 1988 e, internacionalmente, na Convenção Americana de Direitos Humanos. Paralelamente a luta Guarani e Kaiowá por meio desta petição, o povo Xukuru de Ororubá, de Pernambuco, em 2018, apresentaram uma ação semelhante, protocolada na CIDH em 2002, obtendo êxito com a sentença na Corte Interamericana de Direitos Humanos ao condenar o Estado brasileiro por violações de direitos humanos e morosidade na resolução dos conflitos. Enquanto isso, a petição dos povos Guarani e Kaiowá continua tramitando na CIDH, tendo como jurisprudência na Corte Interamericana de Direitos Humanos o direito originário da propriedade coletiva, já assegurado aos Xukuru de Ororubá.

- Objetivo da ação/projeto (relacionar ao ODS selecionado):

À partir de todos os acontecimentos históricos narrados anteriormente, da petição da demarcação destes territórios e das constantes violações de direitos humanos aos povos Kaiowá e Guarani, esta pesquisa tem o objetivo de avaliar a situação atual destes territórios, ampliando a pesquisa de 2013 em relação ao número de famílias estudadas, territórios (incluindo agora a Ñande Ru Marangatu e Apyka'i) e dados que revelam a situação demográfica, de saúde, doença, alimentação, nutrição, condições do domicílio e apoio e proteção social.

Descrição do público-alvo:

O público-alvo desta pesquisa são todas as famílias das cinco comunidades emblemáticas que estão na petição dos territórios de retomada Kaiowá e Guarani do Mato Grosso do Sul.

- Procedimento/ Metodologia aplicada:

1 A equipe de pesquisa Faz parte da equipe desta pesquisa, além da FIAN Brasil, do CIMI e do Conselho da Aty Guasu, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), tendo a Professora

Verônica Gronau Luz como coordenadora juntamente com Lucas Luis de Faria, atualmente na Universidade Federal de Minas Gerais; Indianara Ramires Machado, enfermeira Kaiowá, representando a Ação dos Jovens Indígenas de Dourados; Felipe Mattos Johnson, antropólogo e colaborador da luta Kaiowá e Guarani; Professora Ana Maria Segall Corrêa, colaboradora da Fiocruz Brasília e da Rede de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN); e Profa. Rosani Moreira Leitão, colaboradora da Universidade Federal de Goiás (UFG). Além disso, a Rede PenSSAN é parceira direta na construção do instrumento de coleta desta pesquisa. A pesquisa contou também com o apoio da Empresa Junior Salut – soluções em alimentação, do Curso de Nutrição da UFGD. Além da equipe de coordenação e de colaboradores que ajudaram desde o desenho da pesquisa até a escrita deste relatório, o estudo contou com o total de 17 entrevistadores/as indígenas dos próprios territórios, sendo: cinco entrevistadores/as em Ypo'i (Holanda, Cláudio, Joselino, Henrique e Genildo); duas em Guaiviry (Rosicléia e Vânia); seis em Ñande Ru Marangatu (Igor, Kemily, Ezequiel, Matheus, Andriel e Inair); e quatro em Kurusu Ambá (Elizeu, Rosenildo, Jacikelly e Slaudinei). A coleta de dados na Apyka'i foi feita pela Verônica e Felipe, e só a dona Damiana estava presente morando no acampamento no momento da entrevista.

2 Decisões metodológicas por ser tratar de pesquisa com povos indígenas, todo cuidado ético na pesquisa foi rigorosamente cumprido, seguindo as Resoluções no. 466/2012 e no. 304/2000 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa de campo só deu início a partir da aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados (CEP-UFGD) em 15/09/2022, com parecer de número 5.644.677, e aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em 27/12/2022, com parecer de número 5.837.075 e CAAE: 61729422.4.0000.5160. Também foi aprovado pelo CEP da Fiocruz Brasília em 10/02/2023 e pelo CEP da UFG em 16/02/2023. A tramitação ética da pesquisa junto a Plataforma Brasil só deu início após as assinaturas das lideranças que representaram, no ato, cada uma das cinco comunidades, além de uma representação feminina e masculina do Conselho da Aty Guasu. Tudo isso foi realizado com o apoio direto do CIMI. Devido a importância e abrangência da pesquisa, a equipe de coordenação optou por alguns caminhos metodológicos mistos. Esta pesquisa prevê análises de dados quantitativas e qualitativas. A parte quantitativa tem como instrumento de coleta de dados principal um questionário construído de forma conjunta entre instituições e com o apoio da Rede PenSSAN. O questionário passou pela validação com a população do estudo através dos/os entrevistadores/as da pesquisa, como será apresentado ao longo deste relatório. As dimensões qualitativas abrangem as observações de campo, registros fotográficos e escritos pela equipe da pesquisa e pelos/as entrevistadores/as, história oral, descrições realizadas no decorrer das capacitações dos/as entrevistadores/as e de entrevistas nos territórios com lideranças e moradores, antes, durante e depois da coleta dos dados, em cada um dos cinco territórios.

3. População do estudo A partir da realidade encontrada nos locais da pesquisa, optamos por pesquisar 100% das famílias de Kurusu Ambá, Ypo'i, Guaiviry e Apyka'i e aproximadamente 44% da Ñande Ru Marangatu (aproximadamente 230 famílias). Essa porcentagem de Ñanderu Marangatu foi decidida a partir do recurso financeiro que havia para a coleta de dados, pela impossibilidade, portanto, de fazer todo o território, e pela representativa de mais de 40% do território no todo. No caso da Ñande Ru Marangatu existem 9 subdivisões internas da comunidade: 1. Campestre; 2. Cedro; 3. Marangatu; 4. Soberania; 5. Casa Branca; 6. Piriqui; 7. Primavera; 8. Fronteira; e 9. Itaquirai. Para essa pesquisa optou-se pela representatividade das 9 áreas, incluindo aproximadamente (ou pelo menos) 40% de domicílios de todas elas.

4 Instrumento e Coleta dos dados

4.1 Construção do instrumento de coleta de dados e capacitação dos entrevistadores A construção do questionário foi um trabalho que durou cerca de 4 meses e findou com a validação do instrumento pelos próprios povos indígenas de duas, das cinco comunidades que estariam participando da pesquisa (Ypo'i e Guaiviry). Inicialmente, foi tomada a decisão de que o instrumento de coleta seria com uso de Aplicativo de celular da Rede PenSSAN, que já havia utilizado este recurso

para a pesquisa VIGISAN I e II, respectivamente em 2021 e 2022. Para tanto, foram analisadas cada uma das questões aplicadas nestas pesquisas nacionais e, então, verificado que o questionário não contemplava os povos indígenas do Brasil, tampouco do Mato Grosso do Sul, especificamente. Então, juntamente com a Rede PenSSAN e toda a equipe da pesquisa, foi decidido que a Rede criaria um Aplicativo (APP) específico para pesquisa com povos indígenas, que avaliaria, inicialmente, estas condições no Mato Grosso do Sul, e, posteriormente, em outros territórios indígenas nacionais. Após esta decisão tomada, foi feito por nós, coordenadores da pesquisa, um levantamento de instrumentos de coleta utilizados em outros estudos indígenas do Brasil, tanto locais, no próprio Mato Grosso do Sul com as mesmas etnias, como em pesquisas nacionais, como por exemplo o processo de validação da Escala Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional Domiciliar Guarani (SEGALL-CORRÊA et al., 2018). A partir destes materiais já aplicados em outras pesquisas, foi feita uma análise das questões que estariam presentes no APP. Após várias reuniões, alcançamos um questionário que iria então para alguns indígenas que seriam nossos entrevistadores para que avaliassem. O questionário inicialmente foi avaliado por 4 pessoas que nos retornaram com mais algumas sugestões e alterações no instrumento. Após estes ajustes, foi repassada à Rede PenSSAN para a introdução das questões no APP e, paralelamente a este trabalho, iniciamos a validação do questionário em dois territórios, assim como a capacitação dos/as entrevistadores/as, em novembro de 2022, em que ainda foram identificados erros, sugerido ajustes nas perguntas e nas alternativas de respostas a partir dos olhares dos próprios indígenas dos territórios de retomada Kaiowá e Guarani. O questionário construído para o APP apresentou uma parte introdutória com informações básicas sobre a identificação da comunidade, município e perfil do local (se terra indígena, área de acampamento ou terra demarcada). Em seguida, apresentou 5 blocos de perguntas: 1. Demográfico: que inclui perguntas referentes a todos os membros da família como: nome, idade, sexo, raça/cor, etnia, escolaridade, religião, emprego, e função na comunidade; 2. Domicílio: que inclui perguntas sobre o tempo na moradia, as características físicas do domicílio, as condições de moradia e entorno, renda familiar, acesso à água e a saneamento básico; 3. Saúde e doença: com perguntas sobre covid-19, diagnóstico de doenças crônicas, uso de medicamentos, autopercepção de saúde, acidentes, violências e problemas com álcool e outras drogas; 4. Alimentação e nutrição: abordando aspectos referentes ao acesso aos alimentos, produção ou não de roça, uso ou contato com agrotóxicos e dificuldade com o plantio, consumo de alimentos no dia anterior (marcadores de alimentação saudável e não saudável), e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA) validada para alguns povos indígenas (SEGALL-CORRÊA et al., 2018) e adaptada para os Guarani e Kaiowá de MS; e 5. Apoio e proteção social: com perguntas referentes ao acesso às políticas públicas, incluindo cesta básica, bolsa família e outros benefícios sociais, além de opinião sobre os itens da cesta básica. Validada para algumas etnias no Brasil, a EBIA “indígenas” foi adaptada e está sendo validada para os Kaiowá e Guarani. Esta é composta por 5 perguntas de resposta sim ou não (quando há crianças e jovens no domicílio ou não) e é capaz de mensurar a insegurança alimentar no domicílio, classificando-o em Segurança Alimentar, ou Insegurança Alimentar Leve, Moderada ou Grave (SEGALL-CORRÊA et al., 2018). As perguntas da Escala efetivamente utilizadas para esta pesquisa estão em processo de validação e publicação, à partir da publicação de 2018. As perguntas inseridas no APP acerca da medida de insegurança alimentar foram: Se o domicílio possuía menores de 16 anos: 1. No mês passado na sua casa teve comida todos os dias? 2. No mês passado, você ficou um dia todo sem comer nada, por que não tinha comida na casa? 3. No mês passado, teve dia que você comeu menos para deixar comida para as crianças e jovens da casa? 4. Alguma vez no mês passado as crianças e jovens da casa comeram menos quantidade e comida do que o necessário, por que tinha pouca comida na casa? 5. Alguma vez no mês passado as crianças e jovens da casa passaram o dia todo sem comer e foram dormir querendo comer porque não tinha comida? Se o domicílio não possuía menores de 16 anos: 1. No mês passado você sentiu preocupação em conseguir comida pra

sua casa? 2. No mês passado, teve alguns dias que vocês não puderam comer comida de sua cultura, por que não esse tipo de comida? 3. Vocês nesta casa, no mês passado comeram sempre (TODOS OS DIAS) o que faz bem pra saúde, comida saudável? 4. No mês passado na sua casa teve comida todos os dias? 5. No mês passado, você ficou um dia todo sem comer nada, por que não tinha comida na casa? 4.2 Coleta de dados para a coleta de dados por meio do Aplicativo de celular, todos os entrevistadores foram capacitados presencialmente pela equipe nos territórios. As capacitações aconteceram entre novembro de 2022 e janeiro de 2023 e duraram pelo menos 4 horas em cada um dos territórios, dialogando sobre o instrumento de coleta, ensinando sobre a importância da pesquisa, abordagem nos domicílios e manuseio do aplicativo. A coleta de dados ocorreu entre 14 de janeiro e 4 de abril de 2023 em 480 domicílios dos cinco territórios, como descrito nos Quadros 1 e 2. Todos os dados foram coletados por 17 entrevistadores indígenas distribuídos em quatro territórios (cinco entrevistadores/as em Ypo'i; dois em Guaiviry; seis em Ñanderu Marangatu; e quatro em Kurusu Ambá), e por dois membros não indígenas da equipe de coordenação da pesquisa na Apyka'i, em Dourados.

- Tempo de aplicação da ação (relacionar ao ODS selecionado):

Este estudo iniciou em julho de 2022 e está em processo de finalização em agosto de 2023. Após a finalização do estudo, no final de agosto de 2023, os dados desta pesquisa poderão ser divulgados. Neste momento ainda não será possível (conforme a próxima pergunta).

- Resultado (informar dados numéricos e qualitativos):

São muito os resultados encontrados, que no relatório oficial está descrito em 14 tabelas e 2 gráficos. As análises estatísticas finais estão sendo realizadas nesse momento. Por enquanto, alguns dos resultados descritivos encontrados foram: Dados socioeconômicos e demográficos as 480 famílias entrevistadas somam 1.475 moradores nos cinco territórios, sendo que apenas em Ñanderu Marangatu não há a totalidade da comunidade, e sim 44,6% dos domicílios entrevistados. A média de pessoas nas famílias foi de aproximadamente três indivíduos (Tabela 1), já que nas famílias Kaiowá e Guarani os jovens se casam e passam a morar em outro domicílio, compondo uma nova família. Do total de pessoas dos territórios, 51,9% são homens, 98,5% são indígenas que se autodeclararam das etnias Guarani Kaiowá (45,8%), apenas Kaiowá (30,5%) ou Guarani (Ñandeva) (22,6%). Do total de pessoas das comunidades, um quarto nunca frequentou a escola, entretanto, este dado inclui crianças que ainda não estão em idade de escolarização (12,9% de crianças menores de 5 anos). Metade dos indivíduos dos cinco territórios possuem ensino fundamental incompleto, sendo que 16,3% concluíram o ensino fundamental. Apenas 6,1% concluíram o ensino médio e 1,7% ingressaram e/ou concluíram o ensino superior e pós-graduação (Tabela 2). Em relação à renda familiar referente aos últimos 30 dias, quase 11,0% não possuem nenhum tipo de renda ou benefício social em dinheiro, aproximadamente metade das famílias recebem entre meio e um salário, seguido de um terço das famílias (33,1%) possui renda familiar mensal entre um e dois salários-mínimos (salário-mínimo até março de 2023 no valor de R\$ 1.100,00). Para esta pesquisa não foi possível calcular o salário-mínimo per capita devido a forma fechada que a pergunta foi feita. O trabalho na colheita de maçã por alguém do domicílio foi relatado por 27,7% dos entrevistados, sendo que em dois dos territórios (Kurusu Ambá e Ypo'i), mais da metade dos familiares tinham trabalhado nesta colheita no sul do país. O trabalho fora das comunidades, em fazendas, com outras colheitas foi relatado por 11,0% dos domicílios, sendo que em Guaiviry esta porcentagem chegou a quase 31,0%, trabalhando na colheita sobretudo de milho e mandioca para fecularias (Tabela 2). Dados sobre os domicílios A Tabela 3 descreve a estrutura dos domicílios estudados em relação aos materiais do piso, parede,

telhado e tipo de moradia, revelando que a maioria possui casa de madeira ou alvenaria (57,5% do total), chegando a 83,0% das casas de Kurusu Ambá. Em relação ao piso, 73,1% das casas possuem piso de terra, comum entre as moradias tradicionais Kaiowá e Guarani. Já os materiais da parede os mais frequentes foram: madeira (37,7%), seguido de alvenaria (14,8% do total, mas sendo presente basicamente no território de Ñande Ru Marangatu, apenas), bambu ou lona (pouco mais de 14,0% do total das casas). Os tipos de cobertura mais frequentes foram os de palha nobre ou precária (54,4%). Em relação aos domicílios estudados, a grande maioria não possui energia elétrica, exceto o território de Ñande Ru Marangatu que possui em 67,2% dos domicílios. Os demais territórios, por não possuírem energia, consequentemente não possuem geladeira, televisão, máquina de lavar ou computadores. Apenas 20,0% dos territórios possuem celular com internet e quase 60,0% deles não possuem nenhum dos itens citados ou possuem apenas celular sem internet. Apenas dois domicílios na Ñande Ru Marangatu possuem trator (Tabela 4). Em relação à origem da água, 45,6% dos domicílios são abastecidos com caminhão pipa. Guaiviry tem como principal fonte de água rios, nascentes e minas, e Apyka'i poço artesiano, assim como outros 9,2% dos domicílios entrevistados nas demais áreas. Não existe rede de esgoto das áreas de retomada estudadas e o destino dos dejetos é um buraco no chão (ou vala a céu aberto) em 78,1% dos domicílios. Apenas 10,2% possuem fossa séptica e 3,5% fossa rudimentar. Devido à ausência de coleta de lixo pelas prefeituras, os resíduos são queimados em 90,4% dos domicílios. A Tabela 4 também mostra que 35,2% das famílias não têm nenhuma forma de meio de transporte, dificultando o acesso às cidades, à mercados e à trabalhos, 48,5% possuem moto e 25,8% bicicleta. Dados sobre saúde e doença A Tabela 5 apresenta a importância das famílias em retomarem o Tekoha. Para quase 80,0%, retomar o Tekoha melhorou a condição de saúde. Do total de domicílios entrevistados, 26,7% estão expostos a veneno de lavouras vizinhas, sendo os territórios Guaiviry e Kurusu Ambá os mais expostos (51,9% e 64,0%, respectivamente). Dos 128 indivíduos expostos ao veneno, 105 (82,0%) já adoeceram pelo contato, principalmente de pulverização aérea ou por maquinários. Em relação à acidentes, ameaças e violências sofridas nos últimos 12 meses, 17,1% sofreram algum tipo de acidente, sendo os mais frequentes domésticos (7,7%) ou no trabalho (6,5%). Ameaças ocorreram entre 13,1% das famílias e violências físicas em 10,6% (Tabela 6). Nos últimos 12 meses, 39,8% dos domicílios estudados realizaram algum tipo de tratamento de saúde, sendo os mais relatados: dor de cabeça (16,0%), pressão alta (15,2%), gripe ou tosse (13,3%), ferida na pele (8,3%), vômito ou diarreia (7,9% e 7,7%, respectivamente). O tratamento de cura na igreja no último ano foi relatado por 50,2% das famílias, 52,1% fazem uso de medicamento contínuo, sendo 22,7% apenas medicamentos de caixinha ou anticoncepcional injetável, 15,2% usam ervas medicinais e os demais associam ambos. O problema de saúde mais citado foi a hipertensão arterial, 18,8% dos entrevistados. Das 480 famílias, 15,2% (73 indivíduos) foram internados nos últimos 12 meses. Em relação ao cultivo de plantas medicinais, 55,6% dos domicílios cultivam e 77,5% fazem uso destas plantas para tratamentos tradicionais (Tabela 7). A Tabela 8 revela o uso problemático de álcool em 22,5% dos domicílios estudados, sendo maior, proporcionalmente no território de Guaiviry (36,5%), o mesmo foi observado para o consumo de tabaco, presente em 32,3% dos domicílios estudados e em 71,2% dos domicílios de Guaiviry. Foi relatado pelas entrevistadoras de Guaiviry que este número elevado está associado a falta de apetite que o cigarro pode gerar ("o cigarro seguro a fome"). O uso de outras drogas foi respondido por 30 domicílios (6,3% do total), sendo a mais frequente em Guaiviry o uso da maconha. Dados sobre alimentação e nutrição nesta sessão, foi investigado o consumo alimentar, produção e acesso à alimentos e as medidas de insegurança alimentar avaliada a partir da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional que está sendo validada para os povos Kaiowá e Guarani, adaptada a partir da validação da EBIA para outros povos (SEGALL-CORREA et al., 2018). A Tabela 9 e o Gráfico 1 revelam que a insegurança alimentar total, ou seja, em famílias com e sem menores de 16 anos, para todos os territórios foi grave em 19,3% dos domicílios, sendo muito maior em Guaiviry (39,5%) e

moderada em 12,7% dos domicílios. A maior situação de segurança alimentar encontrada foi no território de Ypo'i (38,8%), seguido da retomada de Ñanderu Marangatu (33,5%). A segurança alimentar nutricional total foi encontrada em 27,9%. Já em domicílios que possuem jovens e crianças, a insegurança alimentar grave foi ainda maior em todos os territórios (23,8%), chegando a 53,8% em Guaiviry (Tabela 9 e Gráfico 2). A produção de roça foi verificada em todas as famílias estudadas, sendo que quase 40,0% destas não produzem alimentos. Dos que fazem roça ou horta (60,6%), os alimentos mais produzidos foram: mandioca (60,0%), diversos tipos de batatas, incluindo batata doce, cará, inhame (48,0%), feijões (29,8%), milho (19,2%) e abóboras (14,8%). Das 291 famílias que fazem roça/horta, 42,9% produzem na maior parte do ano e 35,4% apenas em poucos meses do ano. Dificuldades com a roça foram relatadas por um terço dos que produzem, sendo que as dificuldades mais frequentes foram: ataque de bichos e formigas (12,9%), capim em excesso (8,5%) e falta de equipamentos (6,2%) (Tabela 11). A Tabela 10 também revela que, entre os 39,4% das famílias que não fazem roça, os motivos mais citados foram: Falta de sementes, ramas ou mudas; Falta de conhecimento; pouco ou nenhum espaço e outros motivos. A criação de animais para consumo e venda foram relatadas por 80,0% das famílias, sendo a produção mais frequente as galinhas (79,0%), seguida de porcos (19,0%). Outros animais como ovelha, pato, peru, ganso, ema entre outros também foram citados (11,8%); entretanto, 25,8% dos domicílios não possuem água para os animais. A Tabela 13 revela que, para o preparo dos alimentos, a lenha foi a forma mais frequente citada pelas famílias. Em relação ao consumo alimentar no dia anterior a entrevista pela pessoa entrevistada, o arroz (94,2%) e o feijão (89,2%) foram os alimentos mais presentes, seguido das carnes (34,4%), enfatizando o maior consumo deste grupo em Ñande Ru Marangatu (52,4%) e Kurusu Ambá (32,0%), sendo muito baixo ou nulo nos demais territórios. A mandioca e batatas foram consumidos por 33,1% dos entrevistados no dia anterior a pesquisa. Já o consumo de marcadores de alimentação não saudável, como macarrão instantâneo, bolachas doces e salgadas, refrigerantes, embutidos e guloseimas foi muito baixo ou nulo em todos os territórios, aparecendo em baixa quantidade apenas no território de Ñanderu Marangatu. Sobre o acesso das crianças à alimentação escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), 47,3% dos domicílios possuem crianças que comem diariamente na escola. As demais, ou não comem, ou comem as vezes, sendo que 33,8% das respostas se aplicaram a domicílios sem crianças. Das famílias que responderam à pergunta se a alimentação da escola incluía alimentos da cultura, 56,6% disseram que sim, 40,3% responderam não e 5,1% disseram que às vezes. Dados sobre apoio e proteção social por fim, ao investigarmos sobre o apoio e proteção social, os benefícios do governo mais citados fora, respectivamente: cesta básica (94,2% dos domicílios), Bolsa Família (65,4%), Programa de auxílio estadual ou municipal (20,0%) e aposentadoria (12,7%). Das famílias que recebem cesta básica, a cesta da CONAB que é entregue pela FUNAI é recebida por 80,0%, sendo que 30,6% recebem também a Cesta básica do estado de MS e 7,5% recebem também a cesta do município (Tabela 14).